



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: GILSON BARRETO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 15/04/2021

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde a todos e todas. Estão abertos os trabalhos da primeira audiência pública temática semipresencial da Comissão de Administração Pública do ano de 2021. Compõem a Comissão os nobres Vereadores Arselino Tatto, Edir Sales, Erica Hilton, George Hato, Milton Ferreira, Roberto Tripoli e este Vereador presidindo os trabalhos.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br, no *link* Auditório Online.

Esta audiência foi requerida pela Vereadora Erica Hilton e pelo Vereador Arselino Tatto para tratar do Plano de Metas da cidade de São Paulo, para que se possa discutir a metodologia e a participação social.

Primeiramente, fará uma apresentação uma das representantes do Executivo, a Secretária-Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias da Prefeitura de São Paulo, Sra. Vivian Satiro. Em seguida, se houver algum complemento a ser feito, falará outro Secretário. Logo após a exposição do Executivo, passarei a palavra aos Vereadores proponentes e, posteriormente, serão ouvidas as pessoas que se inscreveram para participar.

A Secretária Vivian está presente? (Pausa) Então, por favor, tem V.Exa. a palavra para fazer uma manifestação a respeito do Plano de Metas da cidade de São Paulo.

A SRA. VIVIAN SATIRO – Obrigada, Vereador Gilson Barreto. Boa tarde a todos e a todas. Em nome do Presidente desta sessão, cumprimento todos os demais Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras presentes nesta reunião e as demais autoridades presentes, incluindo os Secretários Ricardo Tripoli e Rubens Rizek, a quem agradeço a presença.

Eu acho que o pessoal da Comissão de Administração vai compartilhar a apresentação e, se alguém já puder compartilhar a tela, eu agradeço. (Pausa)

A ideia é que hoje nós discutamos um pouco a versão inicial do Programa de Metas, que está em discussão pública, e, enquanto o pessoal organiza a apresentação, eu vou contar um pouco essa lógica e como nós pensamos fazer esta discussão hoje.

Nos primeiros *slides*, eu vou apresentar a metodologia que foi apresentada pelo

Executivo na construção dessa Peça inicial. Em seguida, nós entraremos no momento atual e na Peça de fato, cuja discussão está sendo pública pelas audiências públicas que estão sendo promovidas em toda a Cidade.

Este é o cronograma de elaboração que nós preparamos. No mês de janeiro, a Secretaria de Governo se reorganizou para preparar esse Programa de Metas versão inicial. Em janeiro, nós criamos a metodologia, preparamos a equipe de trabalho e construímos esse primeiro passo do que seria a elaboração. Nos meses de fevereiro e março, as Secretarias se organizaram internamente a partir da metodologia criada para que nós fizéssemos essa propositura inicial e agora, no mês de abril, desde o dia 31 de março, o documento está público para a discussão com a sociedade e nós estamos, neste momento, no ciclo participativo do programa.

Este próximo *slide* mostra o que para nós, talvez, seja o mais relevante a ser mostrado hoje, que é entender o Programa de Metas como um instrumento de planejamento público. O Programa de Metas, como mostrou o *slide* anterior, é um desdobramento do Plano de Governo eleito nas últimas eleições e aponta a primeira visão do planejamento municipal para os próximos anos, cuja ideia é que, a partir desse Programa de Metas versão final, que vai ser apresentado apenas em junho, nós consigamos construir o Plano Plurianual, orientar as Leis de Diretrizes Orçamentárias dos próximos anos e as Leis Orçamentárias Anuais também.

Nesse momento, o planejamento dessa versão inicial chama a sociedade à participação social para a discussão dessa Peça e não só desta Peça, então, todas as propostas que recebermos, todas as contribuições que recebermos pelas audiências públicas também orientarão a Lei Orçamentária Anual de 2022, o Plano Plurianual de 2022/2025 e os Planos de Ação das Subprefeituras, que serão apresentados ao longo do ano.

Este é o calendário das audiências que estamos promovendo neste instante. Hoje, dia 15, teremos audiência pública em Pirituba e Jaçanã. E aí segue o calendário das demais audiências. Estamos realizando todas as audiências de maneira *on-line* em virtude pandemia.

Não sei se todo mundo consegue ver o calendário, mas depois posso compartilhar,

mas está também no site da Secretaria de Governo. Como disse, todas as audiências estão acontecendo de forma *on-line* em virtude da pandemia de Coronavírus. São duas salas simultâneas de participação no Teams e essas salas também têm transmissão no Youtube para aqueles que não conseguirem ou tiverem alguma dificuldade com a ferramenta da Microsoft.

Nas audiências abrimos a palavra para a população previamente inscrita, então, as pessoas têm de se inscrever em um *link* que a gente disponibiliza. Os *links* estão disponibilizados desde o dia 25, mas todos os dias, no início da audiência, compartilhamos novamente o *link*, encorajamos as pessoas a se inscreverem. Temos um limitante de tempo e, infelizmente, somente 20 pessoas podem falar, mas temos feito também o sorteio dessas falas de forma *on-line* e ao vivo. Então, todo mundo que se inscreveu consegue ver em que posição foi sorteado, em que posição está para fala. Entendemos o quanto é limitante porque é preciso acesso à internet, é preciso um computador ou um *tablet*, enfim, qualquer dispositivo que tenha acesso à internet, mas, neste momento, é a única forma que conseguimos tornar pública e de chamar a sociedade para essa conversa.

Além das audiências públicas de forma aberta, na última semana, a gente fez uma conversa com a Comissão UDS, aqui do Município. É uma Comissão que se debruçou ao longo dos últimos meses para a construção do que seria a agenda da UDS aqui para a cidade de São Paulo. Então, também tem um grupo muito qualificado dessa Comissão olhando para a versão inicial do Programa de Metas e fazendo as suas sugestões. Outros movimentos da sociedade civil têm nos procurado e temos feito muitas outras reuniões para além das audiências públicas.

Acredito que esta audiência pública também seja um momento muito oportuno para que a gente possa colher contribuições à versão inicial que foi apresentada. É muito importante e muito caro para o Poder Executivo que fique muito transparente que esta é uma versão inicial, é um ponto de partida, que ainda é um esboço daquilo que a gente espera que seja apresentado em junho.

Então, conto com a colaboração também de todos os presentes para que a gente divulgue o máximo que a gente puder essas audiências públicas, que a gente divulgue os meios da Prefeitura, sobretudo, a Plataforma Participe Mais para que as pessoas se cadastrem e enviem suas contribuições.

Vou contar um pouco como é que a gente pretende incorporar e sistematizar essas contribuições recebidas tanto nas audiências públicas, quanto via Participe Mais e também nas outras reuniões que mencionei. As propostas vão passar por uma análise das Secretarias finalísticas, então, isso não vai ficar restrito só à Secretaria de Governo. A partir das análises das Secretarias e da consonância com aquilo que já está proposto, daquilo que a gente já tem orçamento, aquilo que é possível executar, a gente pretende incorporar nas peças.

Aqui tem o *site* do Participe Mais. A regionalização das ações foi uma opção metodológica nessa versão inicial que a gente adotou que a regionalização vai aparecer na versão final. Então, foi uma escolha escutar primeiro a sociedade, escutar quais são as demandas regionais, quais são as demandas vindas das Subprefeituras e por todos os outros meios de participação. Ao mesmo tempo em que esse esforço está acontecendo de escuta e de sistematização daquilo que está vindo como solicitação para as ações mais regionalizadas, a própria Administração está se organizando também para fazer esse casamento daquilo que a gente vai receber como demanda e daquilo que já está previsto e que, enfim, no documento final, deve aparecer, espero, que com a maior intersecção possível daquilo que a gente ouviu nesse período com aquilo que a gente vai entregar na versão final de junho.

Vou falar um pouquinho da estrutura do Programa de Metas 2021/2024, que foi, como eu disse, nesse desenho dos três meses, dos 90 dias iniciais da gestão Bruno Covas, é como um desdobramento do Plano de Governo eleito.

O programa está estruturado sob uma forma que a gente adotou de pirâmide. Então, os eixos temáticos, que seriam esse topo da pirâmide, demonstram a visão do projeto político eleito nas eleições. Então, esses eixos temáticos dialogam diretamente com o Plano de Governo do Prefeito Bruno Covas.

Os objetivos estratégicos apresentam objetivos de impacto, então, aquilo que a Prefeitura espera alcançar por meio das metas e indicadores, que são a etapa de baixo, em que esses objetivos se desdobram. Então, as metas são finalidades entregáveis, as políticas públicas que a gente vai adotar para alcançar esses objetivos e os indicadores, por sua vez, são a forma com que essas metas são mensuradas.

O alcance desses indicadores dialoga diretamente com as metas, que, por sua vez, dialogam diretamente com os objetivos. As iniciativas são as metas desdobradas. Então, são as atividades, as ações, as etapas que são necessárias para o alcance dessas metas. Então, a gente tem um conjunto de iniciativas que se aglutinam em um conjunto de metas que, por sua vez, buscam um conjunto de objetivos.

E aqui estão os seis eixos temáticos que apresentamos nessa versão inicial do programa de metas. O primeiro eixo, lá em cima, é São Paulo Justa e Inclusiva, que é o eixo que concentra mais metas, que concentra o maior volume de orçamento e onde estão localizadas as ações de saúde, educação, assistência social, direitos humanos, habitação e demais ações de um eixo que podemos considerar mais social. Ao lado, seguindo a seta, tem o eixo São Paulo Inovadora e Criativa, que é o eixo que concentra as ações de desenvolvimento econômico e cultura, entendendo que cultura, para esta gestão, é um eixo também de desenvolvimento econômico, a economia criativa e inovadora. Seguindo ainda a seta, no desenho de baixo, o desenho apresentado é o eixo São Paulo Global e Sustentável, que é um eixo que concentra as ações de meio ambiente, relações internacionais, entendendo que a nossa ação local de meio ambiente, enfim, que as nossas ações locais têm impacto para além do nosso território. Então, tem esse diálogo direto com o internacional. O eixo de baixo é São Paulo eficiente, são as ações de gestão e de melhoria da gestão para a prestação de serviços públicos melhores. Em seguida, tem o eixo São Paulo Ágil, que concentra as ações de transporte e de mobilidade. E subindo, o eixo São Paulo Segura e Bem Cuidada, que concentra as ações de zeladoria, infraestrutura e segurança urbana. Então, o cidadão aparece no centro de todos os eixos para, justamente, passar essa ideia, e não só essa ideia, mas esse

compromisso da gestão de que toda administração pública vai trabalhar para aquilo que considera o maior valor da Cidade, que são os seus cidadãos. Então, todos os eixos trabalham de forma unificada, intersetorial e integrada para, enfim, que consigamos entregar melhores políticas públicas, melhores serviços e melhorar a gestão da Cidade para todos os cidadãos.

Aqui são os objetivos estratégicos e o orçamento de cada um desses objetivos. Eu não vou ler cada um desses objetivos porque eu acho que, talvez, tomaria muito tempo da nossa conversa aqui, mas todos eles aparecem escritos em nosso documento publicado e podem ser acompanhados na versão em que já publicamos.

Acho que vale dizer que uma inovação que esta gestão adota, como essa versão inicial do Programa de Metas, é a publicação do Orçamento já na discussão, nesse documento de partida. Então, essa é uma coisa que, para nós, é muito cara e já demonstra o quanto o planejamento orçamentário é alinhado para esta gestão a partir do Programa de Metas. Aqui vale falarmos, um pouco, sobre o valor global. Além do Orçamento, uma coisa que tentamos inovar – até por sugestão dos movimentos da sociedade civil – foi que publicamos o documento também em xls. Então, ele está em versão aberta na internet, não é só em pdf. Então, as pessoas que quiserem manusear o documento, juntar uma meta na outra, fazer outros tipos de análises, a versão xls também favorece esse tipo de análise.

O orçamento global, para essa primeira fase do Programa de Metas é de 29,9 bilhões. Aqui, estamos contabilizando o dinheiro de custeio de investimento, sendo os recursos de investimento na ordem de 16,9 bilhões, e de custeio de 13.

Um outro ponto importante a ser comentado, aqui, sobre o nosso Programa de Metas, versão inicial, é a preocupação do documento em dar uma resposta para este momento completamente atípico que vivemos e crise sanitária, que se desdobra em crise econômica e social sem precedentes. Então, todas as metas que dão algum tipo de resposta ao momento pós-pandemia aparecem no texto do documento com esse selo.

E aqui eu vou fazer uma explicação de como é a leitura do Programa de Metas. Eu peço licença aos Vereadores para não ler meta a meta, porque, talvez, isso consuma muito

tempo da nossa conversa e, talvez, a parte mais rica do diálogo seja, enfim, a conversa de fato, as respostas e as perguntas, mas eu vou explicar como pensamos o documento para a apresentação para a sociedade civil.

Então, todas as metas aparecem com essa mesma carinha, em que o número da meta aparece do lado esquerdo, seguido pelo título da meta, qual é a meta. Todas as metas, como eu disse, que tiverem alguma ligação com o momento pós-pandemia – seja de recuperação econômica, estímulo social ou de saúde – aparecem com esse selo, que é o selo adotado para caracterizar essas ações. Embaixo do título da meta vem a descrição do objetivo estratégico, que é aquele objetivo de impacto que eu mencionei; embaixo aparecem as iniciativas listadas que, como eu mencionei anteriormente, são as etapas de implementação e o processo para o atingimento das metas. As metas que necessitam de informações complementares, descrevemos do lado direito do documento, como é possível ver na tela. E toda as metas estão vinculadas aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU. Então, aparecem os selos aqui do lado. No documento que eu mencionei, que é o documento aberto, aparece a descrição mais detalhada dos selos. Então, acho que é importante mencionar que o documento xls mostrar um pouquinho mais de informações com relação à essa Agenda 2030.

E aqui estão as 75 metas organizadas por eixo. E aí devolvo a palavra para o Vereador Gilson Barreto, e no fim talvez fosse um pedido de orientação. Vocês gostariam que eu lesse as metas ou não, podemos passar essa parte e já começar o debate. O que o senhor acha, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vou passar para os Vereadores proponentes, Vereadores da Comissão, em seguida há alguns inscritos, Vereadores também do Parlamento.

Registro a presença do Secretário de Governo, Rubens Rizek, e do Secretário da Casa Civil, Ricardo Tripoli. Assim que os Srs. Secretários quiserem se manifestar, por favor, é só nos comunicar. Senão intercalaremos durante os debates.

Tem a palavra o Sr. Ricardo Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI – É bem rápido, quero cumprimentar V.Exa., Presidente desta audiência pública, Vereador Gilson Barreto; cumprimentar as Sras. e Srs. Vereadores; os Líderes de Bancada, em especial meu irmão, Roberto Tripoli, que está completando o 8º mandato como Vereador, já foi Deputado, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, e tenho certeza de que dará grandes contribuições a esses debates que ocorrerão durante esse período, para que possamos implementar um plano de metas.

Lembrando rapidamente que a plataforma utilizada aqui foi obviamente nos oferecida pelo... (Falha na transmissão) ..., o que dá uma agilidade muito maior na aplicação dessa metodologia. São 36 audiências públicas, três audiências... (Falha na transmissão) ... Entendo, como o Prefeito Bruno Covas havia me dito, que essa é uma das audiências mais importantes, porque os Vereadores obviamente estão legitimados pelo voto popular e com mandato popular e isso ajuda muito.

Lembrar a todos também que o Prefeito Bruno Covas, em toda reunião do Secretariado, faz a cobrança do plano de metas, Secretaria por Secretaria, para saber da aplicação, o quanto caminhamos ou não em cada uma das Pastas. E a cobrança é feita quase que mensalmente para cada uma das Secretarias.

Esperamos que com a contribuição de todos, das Subprefeituras, onde haverá as audiências por bairros da cidade de São Paulo, consigamos atingir o objetivo que é a meta final na aplicação dos recursos que teremos na cidade de São Paulo, lembrando que obviamente no ano passado os recursos caíram por causa da pandemia. E por isso o Prefeito remeteu à Câmara Municipal de São Paulo o projeto do PPI, para verificar a possibilidade de que a arrecadação volte a subir e obviamente o Prefeito possa continuar destinando a maior parte dos recursos para a área da Saúde.

Cumprimentar também meu colega, Rubens Rizek, da Secretaria de Governo, pelo trabalho que vem fazendo; Vivian Satiro, nossa Secretária que cuida do plano de metas, e tenho a certeza de que será grande êxito ao final desta reunião e teremos elaborado um plano de metas à altura dos munícipes da cidade de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Secretário. Depois vou passar a palavra para o Secretário Rubens Rizek, mas antes vou ouvir dois Vereadores, em seguida passo a palavra a V.Exa.

Tem a palavra a proponente da audiência pública, Vereadora Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON – Obrigada, Presidente, boa tarde a todas e todos; boa tarde, Secretários. Secretária, foi muito importante ver a sua apresentação, mas ela não dialogou com o intuito desta audiência que é tratar sobre a participação popular.

A nossa preocupação aqui na Câmara e a nossa preocupação junto aos movimentos sociais é para falar de como será a participação popular, a participação das pessoas no Programa de Metas. Não preciso dizer a importância do Programa de Metas, do quanto ele interfere na qualidade de vida, nas condições das pessoas.

E temos observado, por exemplo, um histórico de menor cumprimento das propostas, das metas na Gestão Doria, agora, na Gestão Covas, e isso tem nos preocupado, a dificuldade da participação social. Por causa da pandemia tem sido uma questão muito grave, alarmante para todos e nós queremos muito poder encaminhar e chegar em um lugar, um resultado que de fato permita que todos possam participar.

Por exemplo, a Plataforma Teams, que foi escolhida para realizar o Programa de Metas é uma Plataforma extremamente difícil. Gostaria de entender por que a escolha desta plataforma, se existem outras plataformas em que a sociedade civil tem maior familiaridade. Digo isso porque aqui mesmo, na Câmara, nós Vereadores, às vezes temos uma dificuldade imensa de conseguir acessar a Plataforma, de entender a Plataforma. E aí fico pensando, para além da dificuldade de acesso à internet, de uma boa internet de qualidade, as pessoas ainda vão ter de aprender a usar esse tipo de ferramenta, sendo que há outras ferramentas mais acessíveis.

Outra coisa é com relação à disponibilização do *link*, no Youtube, da primeira audiência pública que ocorreu no dia 10/04. O Youtube é uma plataforma que não permite a

interação, então as pessoas que estão vendo pelo Youtube não podem opinar, não podem palpitar, não podem dar as suas sugestões. E o *link* para que as pessoas pudessem assistir, pelo menos, o que já é um pouco lamentável porque a audiência pública faz com que todo mundo que queira discutir sobre esse tema possa falar, utilizando Youtube entendemos que as pessoas não vão ter esta possibilidade de interferirem na discussão do Programa de Metas, porque o Youtube não oferece essa disponibilidade.

E ainda quando percebemos que o *link* só foi disponibilizado na noite do dia 09, nos perguntamos, por que não disponibilizar o *link* para que as pessoas possam acompanhar muito antes. As pessoas precisam se programar para poder assistir as audiências que estão sendo realizadas desta maneira.

Outra coisa, Secretária, é com relação à publicidade destas audiências. A Lei Orgânica diz que é importante fazer a divulgação até em rádio, em TV, das audiências do Programa de Metas; e a gente não tem notícias de que tenha havido divulgação dessa natureza. Na verdade, a gente não tem notícia de como têm sido essas divulgações, de como as pessoas têm acessado a informação de que haverá audiências do Programa de Metas.

Esses são pontos que acho bastante pertinentes a gente discutir, porque não dá para dizer que o Programa de Metas será qualificado se não houver a plena participação da sociedade civil nas audiências. E da forma como tem sido feito até o presente momento, a gente tem percebido uma grande dificuldade da sociedade civil de conseguir participar, então esta audiência tem o intuito de convidar as Secretarias a repensarem a forma como estão conduzindo as audiências até agora.

É possível, mesmo diante desse cenário de pandemia, encontrar uma forma mais efetiva e mais participativa para que as pessoas possam e consigam participar do Programa de Metas.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Vereadora. Algum Vereador quer se manifestar?

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Sr. Presidente, quero cumprimentar a Secretária, o Secretário Ricardo Tripoli e toda a sua equipe, e considero muito importante que os Secretários Municipais possam dialogar conosco.

Quero deixar a minha sugestão. Em algum momento, será importante que o próprio Prefeito venha a participar de uma audiência pública; e, se possível, não apenas com os Vereadores, mas com a população e com representantes dos movimentos sociais.

Conforme a Lei Orgânica do Município, a Prefeitura tem a obrigação de apresentar o Programa de Metas da Cidade para este quadriênio ou para o segundo, e ainda garanta o debate público sobre o Programa de Metas mediante audiências públicas gerais, temáticas e regionais, inclusive nas Subprefeituras, em concomitância com a formulação e o debate sobre o Programa de Metas.

Estamos vivendo o auge da pandemia de 2019, que tem devastado o País. O Brasil já passa de 3,6 milhões de casos, com 360 mil mortes. No Estado de São Paulo, 2,7 milhões de casos com mais de 85 mil habitantes; e na nossa Cidade, com aproximadamente 770 mil casos e 27 mil óbitos. Se considerar os suspeitos, chegamos a mais de 35.000 óbitos.

Com esse cenário desesperador de mortes, a Prefeitura divulgou que as audiências do Programa de Metas seriam apenas de forma virtual, pela plataforma Microsoft Teams, iniciadas no último sábado, dia 10.

Concordo que nesse momento é inviável fazer audiências públicas presenciais. Mas é impossível negar que a participação social está muito comprometida. Um primeiro ponto que trago é justamente o momento duro que estamos vivendo: as pessoas têm concentrado suas forças em não morrer de fome, têm passado por luto, duras perdas, familiares internados. Grande parte da população não está voltada nesse momento a debater o Programa de Metas, instrumento tão importante em nossa cidade.

Um segundo ponto de grande destaque é a dificuldade no acesso à internet. Sabemos que muitas pessoas não têm aparelhos eletrônicos e, quando têm, não possuem

acesso à internet. Algumas que chegam a acessar costumam ter dificuldade com aplicativos como o Microsoft Teams.

Pude acompanhar duas audiências pública, a geral e a de Pinheiros, e minha equipe tem acompanhado todas as audiências. Até o momento, pudemos relatar os principais pontos de preocupação: pessoas que não têm acesso à internet ou internet de qualidade, pessoas que não têm equipamentos para acessar a internet; pessoas que têm dificuldades com aplicativos, principalmente para ativar o microfone quando chamadas.

Sortear apenas 20 munícipes para falas de três minutos é pouco para trazerem suas demandas. Além disso, houve relatos de atrasos por problemas na transmissão da Prefeitura. Na audiência pública da Lapa, a transmissão do Youtube estava sem som, comprometendo o acompanhamento. Quando há transmissão da tela de algum participante, incluindo a apresentação do Programa e o cronômetro para a fala dos munícipes, a intérprete de libras não fica visível, comprometendo o acompanhamento de pessoas com deficiência auditiva.

Outro ponto levantado em todas as audiências públicas até o momento é que as metas e orçamentos apresentados não estão regionalizadas, ou seja, as audiências regionais ficam comprometidas, já que o munícipe não sabe qual meta será implementada em sua região. A Prefeitura informou que na versão final as metas serão apresentadas de forma regionalizada, mas é de extrema importância que essa regionalização venha a ocorrer o quanto antes para que as metas sejam debatidas nas audiências públicas.

O último ponto de destaque é a ausência de metas específicas voltadas para a Covid-19. A pandemia ainda perdurará por um tempo, sendo necessárias medidas emergenciais por mais tempo. O que a Prefeitura propôs foi a criação de um selo e metas relacionadas à Covid, mas não houve metas específicas necessárias nesse contexto.

Acredito ser de essencial importância que a Prefeitura faça adequações para garantir melhor participação social nas audiências públicas. Além disso, juntamente com as bancadas do PT e do PSOL, defendo que após a pandemia sejam feitas audiências públicas

presenciais com a atualização do Programa de Metas, conforme as contribuições trazidas. Fizemos uma representação no Tribunal de Contas do Município e no Ministério Público e apresentamos o Projeto de Lei 201/2021, para que essas audiências possam ocorrer pós-pandemia.

Listo algumas dúvidas do Governo Aberto, instituição que foi convidada para esta audiência pública, mas que, com a alteração de data, não foi possível comparecer.

Primeiro: há uma estratégia de engajamento das organizações e grupos sociais que não possuem acesso à internet de qualidade, para participar das audiências ou consulta pública?

Outras formas de linguagem e comunicação estão sendo consideradas para atingir e engajar públicos que não acompanham as redes sociais da Prefeitura, mas têm interesse em propor e discutir as metas da cidade, seja SMS, outdoors, jornal do ônibus?

Está sendo feita alguma articulação com os conselhos municipais para ampliar a participação social?

Diante dos desafios que a pandemia está trazendo e as limitações que a participação social online impõe em uma sociedade tão desigual, pensa-se em um processo de revisão ou avaliação parcial participativa no ano que vem, quando se espera que haja a possibilidade de se realizar processos presenciais?

Como se está planejando realizar a devolutiva sobre as contribuições feitas nas audiências públicas e na consulta pública *on-line*?

Finalmente, prezado Secretário Ricardo Tripoli: tinha, no início dessa semana, uma audiência com o Secretário da Cultura, e gostaria de colocar que em algum momento, o quanto antes, eu gostaria muito de poder ter uma audiência como vereador a respeito do Parque do Rio Bexiga, pois acho que é muito importante para a cidade que esse assunto seja objeto de diálogo com os Secretário Municipal da Cultura, que tem toda a simpatia por esse objetivo com o Secretário do Verde e outros.

Muito obrigado, Presidente Gilson Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado pela contribuição.

Vou passar a palavra ao Secretário de Governo Rubens Rizek.

O SR. RUBENS NAMAN RIZEK – Boa tarde, Presidente Gilson Barreto, Sras. e Srs. Parlamentares. É uma alegria, uma satisfação e uma honra participar dessa audiência pública, especificamente nesta Comissão de Administração Pública, que é uma comissão que vem colaborando com o Executivo. Durante o meu período como Secretário de Justiça, recebemos vários estudos e colaborações da Comissão, especificamente naquele que prevê uma organização da legislação municipal, consolidação de diplomas, etc. E nós temos um histórico com a Procuradoria da Câmara, com a Secretaria da Comissão. Nós trabalhamos com muita satisfação, em conjunto, pelo bem dos interesses públicos.

Eu queria agradecer o convite para participar desta audiência. E agradecer muito as contribuições que já foram dadas.

Vereadora Erika Hilton, eu anotei com atenção todos os seus comentários, crítica e contribuições.

Querida dizer, e me comprometer, como disse a Vereadora, essa audiência é para trazer contribuições para melhorarmos a participação popular no processo de elaboração do Plano de Metas. Eu entendi que as contribuições são absolutamente válidas. E tem o compromisso do governo de que todas elas serão, sim, pensadas e consideradas.

Depois, Presidente, se tiver a oportunidade de repassar a palavra à Secretária Vivian Satiro, pois, certamente, como responsável pelo processo, boa parte dos esclarecimentos ela já tem para dar.

Eu queria também cumprimentá-los, e agradecer muito as contribuições, sempre muito valiosas e com muita propriedade, do meu professor – eu tive aula com ele por dois semestres na Fundação Getúlio Vargas. O meu professor querido, e eterno professor, Eduardo Suplicy. Professor, obrigado pelas contribuições.

A questão do acesso à internet, sobretudo pelos mais vulneráveis, que é uma questão que nos preocupa muito, preocupa muito o Prefeito Bruno Covas, tanto que o Prefeito

Bruno Covas encaminhou à Câmara Municipal – eu gostaria que isso ficasse registrado – o projeto de lei do Executivo que inclui na Lei Orgânica do Município o acesso à internet banda rápida como um direito fundamental do cidadão, junto com educação, saúde, dignidade. Até porque a pandemia nos mostrou, sobretudo com relação à educação, que cada vez mais o direito fundamental à educação passa a estar ligado à possibilidade de ter acesso à internet de banda larga. E nós sabemos realmente que na cidade de São Paulo esse acesso não é igual. E é uma diferença muito grande entre as populações privilegiadas e aquelas mais vulneráveis com relação ao acesso à banda larga. Então nós temos esse projeto de lei em tramitação.

Seria muito bonito da parte da cidade de São Paulo, os três poderes unidos – os três, não; são dois aqui –, mas que déssemos esse exemplo para o Brasil. Eu acho que tem um efeito didático-pedagógico muito bonito conseguirmos incluir na nossa carta maior o acesso à banda larga como direito fundamental.

Mas não é somente de propostas que nós vivemos: no próprio Plano de Metas, há metas e iniciativas que se complementam para, de forma radical, universalizar o acesso à banda larga. Uma das metas é específica para isso – 20 mil pontos de internet livre na cidade. O que não tem paralelo no Brasil, e não sei se tem paralelo no mundo. São 20 mil pontos de internet na cidade, livre e gratuita para a população. E isso está no Plano de Metas.

Bom, eu não vou me aventurar em falar de tecnologia, porque eu não entendo absolutamente nada. O que eu tenho é que quando fomos preparar a metodologia, o que disseram na parte técnica da Prefeitura é que, enfim, todas as plataformas tinham vantagens e desvantagens. E me disseram um pouco o contrário: que o Teams era mais amigável e gratuito. O que me disseram, vamos dizer assim, é que ele era mais propenso a eventualmente mitigar defeitos de conexão. E é a plataforma que usamos normalmente na Prefeitura desde que a pandemia começou para todas as nossas reuniões e outras audiências públicas, inclusive, de processos licitatórios etc., mas muito obrigado.

Eu vou pedir para verificarem se há uma plataforma mais amigável. Não vejo problema em estudar isso.

Com relação à participação popular, que é o objetivo de todos nós de aumentar e fomentar – e é o objetivo do Governo também. Nós a estamos estimulando muito - e eu tenho, particularmente, uma participação na minha vida profissional neste aspecto - que as pessoas também mandem as suas contribuições.

Não necessariamente os únicos veículos ou únicos meios para as pessoas mandarem suas contribuições são as audiências. Estamos estimulando que as pessoas nos mandem e, em todas as audiências, nós falamos isso, porque se você limita para audiência pública, daí, sim, você limita a contribuição da população.

Muitas vezes, estamos numa audiência pública em cuja dinâmica não nos permite colocar de forma completa tudo o que queremos. Acho que todos aqui já viveram isso. E pior: às vezes, acaba a audiência e faltou algo que queria falar, uma contribuição que queria fazer.

Então, é muito importante abirmos os canais para contribuições a todo o momento, 24 horas por dia, em qualquer lugar do mundo. Isso nós fizemos: temos as plataformas, mas também não limitamos às plataformas. As pessoas podem nos mandar por todos os meios de ausculta da Prefeitura que são inúmeros meios, inclusive, *e-mail*.

Há um compromisso do Governo – e falo em nome da Prefeitura junto do meu Colega Ricardo Trípoli, a quem cumprimento muito, meu Professor – de que em todas as contribuições que vierem de audiências públicas ou não, todas elas serão sistematizadas, consideradas e respondidas.

A minha experiência pessoal no processo de construção de planejamento – várias vezes na minha vida passei por isso – é no sentido de que as contribuições que vêm de fora das audiências públicas, e não me entendam mal, pois a audiência pública é fundamental, e todos estamos fazendo um esforço enorme de 36 audiências públicas fora as temáticas e parlamentares etc., além das audiências públicas são tão importantes quanto as contribuições dadas em audiência pública.

Inclusive, esta manifestação do Senador Suplicy, nós estamos numa audiência pública, mas, às vezes, passa aqui. Então, Vereadora Erika Hilton e Vereador Milton, então,

mandem-nos, entre em contato, que incorporamos no processo.

Com relação às metas para covid, isso foi, realmente, uma decisão metodológica, mas nada impede que, ao longo do processo de construção desse plano de metas, possamos revê-las.

Foi criado, então, uma espécie de um selo para chamar a atenção das pessoas, porque são muitas as metas do plano de metas que têm conexão direta com o combate à pandemia, como, por exemplo, a meta de universalizar a vacinação, que é uma meta ousadíssima e de difícil atingimento no Brasil, a fim de completar 100% das metas de universalização dos planos de imunização é uma meta diretamente ligada ao processo de imunização da população com relação à covid e outras tantas.

Outra coisa que temos que prestar atenção: as metas se desdobram em 10, 12 ou 8 iniciativas. Essa é uma forma de se fazer plano de metas também. Em vez de tumultuarmos ou poluirmos o Plano de Metas, desdobrando as metas em iniciativas – cada iniciativa daqueles poderia ser uma meta, daí teríamos um plano de metas com 500 ou 600 metas -, optamos por esta organização que, a meu ver, como ponto de partida para a sociedade, gosto do resultado dessa organização piramidal em eixos temáticos etc., dando um concatenamento das ideias e uma lógica. Esse plano de metas, na minha opinião, nasce, na sua semente, com uma proposta de lógica e sistema que são muito positivos para esse tipo de planejamento que tanto faz falta no Brasil. Estão descritas nas metas uma série de iniciativas que poderiam ser muitas delas uma meta específica. Nada impede de as desdobrarmos durante esse período de contribuições. Há muita coisa ligada à covid, como por exemplo, quando falamos em dobrar o atendimento à mulher...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

O SR. RUBENS NAMAN RIZEK – Bom, eu vou encurtar a minha fala. Peço desculpas, pois me empolgo muito. E os Parlamentares, representantes do Povo, me inspiram ao debate.

Eu só queria fazer uma contribuição com OGP: que é a nossa ligação com a Open

Government. Ele é talvez das mais estreitas do Brasil. Nós estivemos há dois anos – e o nosso Controlador Geral também esteve na iniciativa, todas as lideranças da iniciativa, e sua liderança mundial esteve comigo aqui por mais de uma vez, e temos, realmente, um trabalho, uma estrutura de governança da OGP e um Secretário Executivo que é muito experiente e dedicado a isso.

Com relação a dar acesso à população, nós temos feito um esforço, talvez, a Vivian possa detalhar depois, nos Telecentros. Nós temos inúmeros Telecentros na Cidade, uma iniciativa que já vem de Governos anteriores. Não só os Telecentros, mas temos toda a rede Teia, os *coworkings*, e todos eles estão disponibilizados para aqueles que queiram utilizar os mecanismos. Talvez não sejam suficientes, mas é uma forma de mitigar. Vamos procurar outras formas de mitigar também.

Com relação aos Conselhos Municipais, nós tivemos a decisão do Supremo, datada de outubro, se não me engano, do ano passado. Foi uma briga do Supremo inclusive com a própria Câmara Municipal, porque havia ali a discussão de até que ponto os conselhos municipais poderiam... Enfim, sempre tem aquela discussão da representação popular direta e a representação política tradicional, mas o Supremo decidiu, é muito recente, decidiu no final do ano passado pela legalidade da lei da Câmara e os conselhos vão ser ativados, estão sendo ativados mais do que nunca. E também o Prefeito Bruno Covas determinou, criou uma secretaria específica, é o Secretário João Cury está cuidando de organizar os conselhos municipais e envolvê-los não só agora na elaboração do Plano de Metas, como também depois de todo acompanhamento e eventuais revisões.

Não vejo nenhum problema de quando passar a pandemia fazer audiências públicas presenciais, nenhum problema. Eu acho que o Bruno Covas tem como histórico de vida, é um defensor da participação popular, ele foi forjado nisso, foi criado nesse ambiente. A gente vem da linhagem Franco Montoro, Mário Covas que são os grandes – dentre outros – incentivadores da participação popular no Brasil. É o grupo político responsável por incluir a participação popular na Constituição. Não tem por que, enfim, em homenagem a nossa origem,

a nossa história não incentivar a participação popular o máximo que der.

Desculpe, Presidente, Vereador a quem admiro há muitos anos, Vereador Gilson Barreto; desculpe senhores parlamentares desta audiência pública se me alonguei, mas em homenagem aos questionamentos e contribuições, eu quis ser um pouquinho mais analítico.

Muito obrigado, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço, Secretário, pela contribuição. Quero registrar que também está conosco o nosso Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, inclusive nos assistindo muito bem acompanhado de toda sua equipe.

Registrar também o Sr. Jorge Kayano do Instituto Polis; o representante do Sr. Pedro Marin; Sra. Fabiana Tock, Coordenadora do Programa de Cidades e Desenvolvimento Urbano da Fundação Tide Setúbal; Luísa Moura e Marina Medeiros da Casa; Igor Pantoja da Rede Nossa São Paulo; Fernando Túlio do IAB Instituto de Arquitetura do Brasil.

Gostaria de informar que os que depois quiserem se manifestar, solicitem pelo *chat*.

Temos uma lista de pessoas que solicitaram usar da palavra. O primeiro é o Sr. Benedito Roberto Barbosa participante da União dos Movimentos de Moradia (Pausa). Não estando, o próximo é André de Araújo, participante da MRFU e Facesp. (Pausa) Se estiver fora da sala, manifeste-se pelo *chat*, por favor. Tem a palavra Alciete Araujo da Silva, participante da Associação dos Moradores do Jardim Manacá da Serra e Adjacências. (Pausa) Não estando, chamo Márcio Diogo Aguiar de Oliveira, participante individual.

O SR. MÁRCIO DIOGO AGUIAR DE OLIVEIRA – Boa tarde, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Boa tarde, Márcio.

O SR. MÁRCIO DIOGO AGUIAR DE OLIVEIRA – Não vou me alongar, estou mais como um expectador, mas faço questão de participar desta audiência pública. Vou ser breve para que sobre tempo para outros. Como estudante da Administração Pública, faço questão de participar, estou muito entusiasmado com tudo que vai ser dito e com o que já foi dito. Agradeço a oportunidade de estar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado, Márcio. Tem a palavra Christian

Sznick participante do CPM Mooca, a palavra é sua.

O SR. CHRISTIAN SZNICK – Muito obrigado. Boa tarde a todos, a todas.

Vou ser bem breve trazendo aqui questões de todos nós.

Sou Diretor de escola. Não está aparecendo a minha câmera, deixe eu arrumar.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Fique à vontade.

O SR. CHRISTIAN SZNICK – Sou coordenador do Conselho Participativo Mooca e diretor de escola na Prefeitura de São Paulo, além de dirigente sindical pelo Sinesp.

A questão que trago é que as audiências temáticas são muito importantes, mas precisariam ser divulgadas pela Prefeitura do Município de São Paulo em outros canais de modo a chegar mais perto da população. Antes da pandemia as audiências eram locais, presenciais, existia outra divulgação e essa divulgação agora, neste momento pandêmico, o fato de fazermos virtualmente é muito importante porque o virtual - a pandemia nos ensinou – permite que estejamos presentes nos locais e que aumente a frequência das pessoas. Mas, de outro lado, precisa ser mais publicizada. Se nós entrarmos no portal da Prefeitura, ela vai estar lá. Se nós entrarmos em alguns canais, até vai estar, mas precisaria ser mais massificado o processo, até para as pessoas pudessem entrar e entender o rito, o que está acontecendo. Esse é um ponto.

Outro ponto muito importante é que – e aí entramos na questão dos bairros – seja retomada a discussão de todo planejamento, das metas, o que foi feito no passado e o que não foi executado. Se não, a população vai participar, coloca lá os seus pontos nos programas, que acabam depois não sendo executados. Vamos ter então uma retomada de situações que já foram pautadas, votadas pelas regiões. Venho então trazer essa questão que é muito importante. Uma situação como esta, trazer o que já foi discutido e ser novamente colocado no plano de metas, até porque agora estamos pensando em quatro anos, que é um bom tempo para realmente trazer o que a comunidade, o que a sociedade civil já votou, já pautou anteriormente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Christian, pela sua contribuição.

Próxima, Márcia Fonseca Simões, participante de Sinesp.

A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES – Boa tarde. Sou Márcia, sou dirigente do Sinesp, Sindicato dos especialistas, mas aqui também trago minha fala como presidente do Conselho de Alimentação Escolar da cidade de São Paulo.

Acho que todos nós estamos sensibilizados com a fome. Hoje vi uma matéria na mídia dizendo que 60% da população brasileira já está alijada de uma das suas refeições. Posso dizer, com educadora que sou, que trabalho há 30 anos na região de São Paulo, que a fome está realmente muito mais agressiva, muito mais, hoje, atingindo as famílias, está faltando carne. Enfim, as matérias que estão saindo são muito graves,

Então eu queria trazer aqui, para que seja sempre lembrado nas audiências e nessa temática da audiência pública é o tema da insegurança alimentar, pensar sempre como fazer para que chegue a comida de verdade – e essa é outra questão muito importante -, que chegue o alimento que de fato alimenta e não os ultraprocessados, que na verdade destroem; parece que é uma fruta, mas não tem fruta; tem cheiro de fruta, mas não é a fruta. Então a temática de dispender sempre estudo e dinheiro nesses programas, nessa área que a pandemia deixou claro como é importante.

Esse era o tema que eu queria trazer aqui. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Márcio.

Josevaldo Batista do Nascimento, participante de Azon, Associação Zona Oeste-Noroeste de Futebol de várzea. Está conosco? (Pausa) Deve ter ido tomar um café.

Grimaldo Fabiano, líder comunitário, está conosco? (Pausa)

Jorge Kayano, do Instituto Pólis, por favor.

O SR. JORGE KAYANO – Boa tarde, nobre vereador.

Eu estou bastante satisfeito de ter sido chamado agora porque o Vereador Suplicy lembrou que tanto a Vereadora Erika quanto o Vereador Suplicy convidaram algumas pessoas

para se pronunciarem nesta audiência tão importante, que é considerada pelo próprio Secretário Rizek como a audiência mais significativa, já que envolve o conjunto da Câmara Municipal.

Eu queria reforçar a fala do próprio Vereador Suplicy de que nós estamos vivendo um contexto em que uma das maiores catástrofes e ameaças à Humanidade está em curso e se chama pandemia da covid. Portanto, a legislação que, através de emenda constitucional, a Lei Orgânica do Município, criou o Programa de Metas, se tinha alguma ocasião mais importante e oportuna para se apresentar, esta é a ocasião para um programa de metas que tenha no seu centro o enfrentamento dessa pandemia que já causou tantas mortes e tanto sofrimento e tanto prejuízo à economia e às atividades da sociedade como um todo.

Neste contexto é que me parece que realmente o Programa de Metas, ao apresentar um conjunto de selos como sendo a transversalidade da questão da pandemia presente no Programa de Metas é totalmente insuficiente. Portanto é preciso que a administração municipal – e faço o reforço diretamente ao Secretário Rizek no sentido de que o tema da pandemia tem de se transformar num dos eixos principais de enfrentamento e de determinação da administração para o enfrentamento dessa nossa realidade tão catastrófica.

O contrário disso é transformar o Programa numa coisa etérea, que não diz respeito à realidade que está acometendo de forma muito mais grave as populações mais pobres e periféricas da Cidade, especialmente a população negra, cujas taxas de mortalidade são muito maiores do que as da população branca.

Então acho que o conceito de participação defendido pela Vereadora Erika e pelo Vereador Suplicy parte do pressuposto de que, se há algum evento importante para se ter um processo participativo como condição indispensável para a seu alcance, é o controle da pandemia.

A administração não pode ficar de costas para a sociedade, ela tem de se voltar para a sociedade e contar com o protagonismo e o envolvimento ativo dos vários segmentos da sociedade, inclusive de empresários, mas principalmente dos vários movimentos solidários

que estão em toda a periferia da Cidade procurando criar mecanismos de apoio com produção de máscaras, com distribuição de cestas, com processos de solidariedade no enfrentamento dessa pandemia, e que precisam ser apoiados efetivamente pela administração.

Portanto penso que é papel da Câmara, sim, cobrar essa resposta de forma bastante clara e bastante incisiva, de forma que as próximas audiências já contemplem um eixo essencial e fundamental que não é mais um eixo apenas transversal, é um dos eixos mais importantes. Porque sem esse eixo não adianta ter outros eixos, como modernização, questões assim, porque nós não vamos chegar, em quatro anos de governo, a resolver e enfrentar de forma adequada essa pandemia.

Não é possível concordar com a fala do Secretário Rizek de que a vacinação é a resposta, porque ela é uma das respostas, mas não é a principal resposta, já que a disponibilidade de vacinas sabidamente está comprometida. Portanto é preciso que a administração desenvolva um conjunto de ações integradas que começa pela testagem ampla da sociedade, pelo rastreamento dos contatos e pelo isolamento efetivo das pessoas infectadas e suspeitas de infecção.

Se isso não for feito de forma determinada contando com a ampla participação da sociedade, nós vamos continuar afogados no mar de mortes que estamos vendo, que esta nova cepa – o chamado mutante de Manaus – está sendo muito mais agressiva e atingindo cada vez faixas mais jovens da população.

Muito obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço, Jorge.

Chamo o Sr. Pedro Marin, Coordenador do Programa de Cidades e Desenvolvimento Urbano, da Fundação Tide Setubal.

O SR. PEDRO MARIN - Obrigado, nobre Vereador. Queria começar dando boa tarde a todos e todas presentes. Agradeço o convite por estar aqui falando com vocês, nesta audiência pública sobre a questão da participação no Programa de Metas.

Queria começar minha fala lembrando que o Programa de Metas é uma

contribuição bem importante da sociedade civil de São Paulo. Ele nasce de uma mobilização da sociedade civil liderada pela Rede Nossa São Paulo, mostrando a capacidade e a disponibilidade da sociedade organizada de contribuir com o planejamento da Cidade.

Pensando na questão da participação, para além de todas as preocupações que os nobres Vereadores já levantaram, e que o meu colega levantou antes, nessas questões de acesso da plataforma, da resposta à pandemia que o Jorge colocou, a gente tem outra preocupação. Na Fundação Tide Setubal a gente acredita que a participação tem de cumprir uma função de contribuir, de ajudar a Prefeitura a fazer boas escolhas.

Se o Programa de Metas é o principal orientador do Sistema Municipal de Planejamento, se ele vai determinar depois quais são os investimentos que vão ser feitos, quais os serviços públicos que vão ser implementados, é fundamental que essa escolha - considerando que a gente tem muitas limitações do que é possível fazer em quatro anos, ou seja, limitações orçamentárias, limitações das capacidades institucionais da Prefeitura - é fundamental a gente fazer boas escolhas tendo em vista o enorme desafio, que deve ser o desafio a ser encarado pela Administração Municipal, que é a redução das desigualdades.

Existe uma dívida histórica com os territórios periféricos, com as populações vulnerabilizadas das cidades, que devem ser, ao longo dos anos, sanadas. O Programa de Metas tem a função de estruturar, dar o *start*, o primeiro passo num sistema de planejamento para responder a esse desafio.

Como que a participação pode ajudar a fazer essas escolhas melhores? Primeiro, a gente acha importante, a gente tem visto isso na proposta da Prefeitura, que a participação se dê num ambiente de tentativa de integração dos instrumentos de planejamento.

Então é muito salutar que já tenha vindo essa informação de custos, a gente sabe quanto as metas custam, mas é importante também que quem participa tenha alguma baliza de teto orçamentário, de qual valor, de fato, está disponível, o quanto a gente, de fato, vai conseguir investir ao longo dos anos, para que o planejamento não seja só uma lista de desejos do que a Cidade quer, que estejamos falando em cima de patamares que são

realistas, e quem participa não vem aqui só pedir uma coisa que vai se frustrar.

É muito importante e já foi colocada é a importância da regionalização. Quem participa, participa de algum lugar, conhece a realidade de algum lugar, vem de alguma subprefeitura, de algum bairro. As pessoas participam muito melhor quando elas têm noção do que está previsto para a sua região, qual o peso de sua região no total do orçamento da Cidade. É fundamental para os instrumentos de planejamento enxergarem as diferenças dos territórios e as diferentes demandas.

Há regiões na Cidade que são mais desenvolvidas, que acumulam investimentos públicos ao longo das últimas décadas e há regiões que estão completamente carentes, que precisam receber muito mais investimentos nos próximos anos, se a gente quer enfrentar esse problema da desigualdade.

Por fim, outra questão importante é a gente começar a pensar metodologias inovadoras de participação. Nós somos o País que inventou o orçamento participativo, que é uma metodologia que está sendo usada no mundo inteiro. Nós temos tecnologia para fazer coisas melhores e mais interessantes, metodologias que, de fato, consigam canalizar a energia da participação para orientar a Prefeitura a fazer escolhas melhores.

Eu queria convidar os Vereadores e Vereadoras presentes, quem está acompanhando a audiência, a conhecer uma experiência que a Fundação Tide Setubal fez junto com a Rede Nossa São Paulo, que a gente chama de Projeto Re(age) São Paulo.

Trata-se de um projeto que justamente parte de todas essas premissas que eu coloquei, ou seja, da integração dos instrumentos de planejamento, de uma proposta de regionalização de orçamento da Cidade. A gente calculou índice de vulnerabilidade social para cada região, fez uma proposta de dividir o orçamento de investimentos e expansão dos serviços públicos de acordo com isso, direcionando mais recursos para as áreas mais vulneráveis. É uma metodologia inovadora de discussão participativa do que fazer com esse orçamento.

A gente fez, junto com o Coletivo Delibera Brasil, uma experiência de mini públicos,

de fazer uma seleção aleatória de pessoas para discutir o planejamento da Cidade a partir desse teto orçamentário. O que a gente verificou, os resultados que a gente teve nesse processo, que vão ser encaminhados também para os nobres Vereadores, é que, de fato, as pessoas são provocadas por uma metodologia é muito interessante. Elas, de fato, abrem mão, estão dispostas a negociar seus interesses individuais em torno de um projeto comum para uma subprefeitura. Elas reconhecem a necessidade de fazer escolhas, que o planejamento não é só exercício de listar vontades.

Então eu queria convidar os senhores a conhecer melhor a experiência. A sociedade civil de São Paulo está à disposição para continuar contribuindo com capacidade da Prefeitura de planejamento.

Agradeço, mais uma vez, o convite.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Obrigado. Quero registrar a presença do representante do Tribunal de Contas, Sérgio Nakano.

O próximo orador é o Sr. Igor Panjota, da Rede Nossa São Paulo.

O SR. IGOR PANJOTA – Boa tarde Vereador Gilson Barreto. Obrigado pelo convite realizado pela Vereadora Erika Hilton, pelo Vereador Arselino Tatto. Cumprimento os demais Vereadores presentes, Vereador Suplicy, Vereador Tripoli; Secretários Municipais, Secretária Vivian, Secretário Rubens, Secretário Tripoli.

Gostaria de trazer aqui um pouco da visão que a Rede Nossa São Paulo tem em relação ao Programa de Metas, já que a Rede acompanha e tem dito isso nas audiências que temos participado, acompanhamos essa pauta desde antes do Programa de Metas fazer parte da Lei Orgânica Municipal.

Temos acompanhado os últimos programas de metas do Município de São Paulo. Temos visto um baixo percentual de execução de fato, como alguém já mencionou, aqui, hoje – em torno de 50% ou 60%, no máximo. Esperamos que este programa seja uma exceção a essa tendência e que ele, de fato, seja realizado na sua integralidade. Sabemos que é um cenário desafiador, um cenário muito complexo, como o Dr. Jorge Kayano falou. É especialista

na área de Saúde Pública e também faz parte do Conselho da Rede Nossa São Paulo, por meio do Instituto Pólis.

Então, quanto à nossa contribuição, já temos tentado apresentar essas metas de referência, de que o Pedro falou. É um projeto que fizemos com a Fundação Tide Setubal e enviamos para todos os Secretários Municipais. O Secretário Rubens deve ter recebido. A Secretária Vivian recebeu. Quanto ao Secretário Tripoli, não estou seguro, porque entrou agora, neste ano, e vimos trabalhando nisso desde o ano passado. Esse documento é, um pouco, o resumo, não só da opinião e daquilo em que a Rede Nossa São Paulo e a Tide Setubal trabalham, mas um resumo, também, dos planos municipais já aprovados.

Há algumas dimensões que são caras não só à sociedade civil, mas para a própria Lei Orgânica do Município. Então, o Programa de Metas deve estar referenciado em algumas legislações municipais – por exemplo, o Plano Diretor. Não vemos uma referência explícita neste programa atual ao Plano Diretor Estratégico vigente. Não temos a questão da regionalização, como já foi apontado, aqui.

Entendemos que o processo participativo vai enriquecer e aprofundar esse programa nos territórios, mas sabemos que a Prefeitura detém os dados, as informações sobre esses territórios. Ela sabe onde estão as demandas dos territórios. Então, não é que a Prefeitura não saiba. Ela tem esses dados. Temos o Mapa da Desigualdade, que a Nossa São Paulo produz todo ano e ajuda a dar essa visibilidade para as desigualdades na Cidade. O processo participativo pode vir a acrescentar, a tornar pública uma demanda que não era conhecida ou visível a partir dos dados, mas a Prefeitura não pode se eximir de utilizar os dados já existentes para fazer as suas propostas. Quem tem essa visão, por atribuição, inclusive, é o gestor municipal. É a Prefeitura. Então, sempre vimos no sentido de tentar enriquecer e qualificar esses programas de metas.

São Paulo, como também foi dito aqui, é um exemplo, porque mais de 70 municípios do Brasil hoje em dia têm programas de metas. São Paulo foi a primeira. São Paulo foi a pioneira nesse caso e em muitos outros casos, como todo mundo sabe. Então, de fato,

tudo que acontece aqui pode repercutir positivamente em outras cidades. Temos essa responsabilidade de trazer o exemplo.

O processo participativo é outro ponto. Reiterando: além do Plano Diretor, além de ter a responsabilidade de se referenciar nos planos municipais já aprovados por esta Câmara Municipal, que já passaram por processos públicos de consulta, o Programa de Metas também tem de ser referenciado na participação. Então, a metodologia, a maneira pela qual isso vai funcionar, se vai ser pelo Teams, pelo Google Meet ou pelo Zoom, isso também é determinante do acesso da população. Já tínhamos informado à Prefeitura que o Microsoft Teams tem várias limitações. Ele é um *software* pago. Ele não é gratuito para todo mundo. A pessoa pode individualmente se registrar nele, mas acredito que a Prefeitura tenha um contrato para ter a utilização massiva desse *software*.

O Secretário Rubens até tinha comentado algumas coisas em relação à possibilidade de utilização da estrutura dos Telecentros, dos Teias e de outros equipamentos. Salvo engano – vou até conferir na internet –, esses equipamentos da Prefeitura estão fechados. Então, a população realmente não tem acesso à internet nesses locais.

Por último, para não me alongar muito, uma questão que também é muito importante, em relação ao Programa de Metas, é o monitoramento. Gostaria de saber duas coisas em relação a isso. A primeira delas, sendo muito objetivo, é: o programa apresentado não traz os valores de referência, os valores iniciais. Quanto temos, de cada uma daquelas propostas, hoje em dia? Então, quando falamos que vamos aumentar em 40 UBSs, em “x” o número de vagas em creche, em “x” o número de equipes de Saúde da Família, é importante sabermos quanto temos e são poucas as metas em que temos essa informação – pouquíssimas, eu diria. São menos de 10%, talvez. Eu acho que esse compromisso de atualização, para sabermos quanto temos, atualmente, de cada uma daquelas coisas que estão sendo apontadas ali, pode ser feito antes de finalizar o processo participativo. Esse documento que está público pode ser atualizado. Nada impede que se acrescente uma informação àquele PDF. Acho que é o tipo de informação que é importante para qualificar a

discussão das audiências públicas regionais, inclusive.

Além disso, pensando, já, em um próximo passo do Programa de Metas, é a questão do monitoramento. Tínhamos uma plataforma que se chamava Planeja Sampa, na qual eram disponibilizadas as informações do andamento do Programa de Metas, de maneira regionalizada, inclusive. A pessoa de cada bairro poderia acessar ali as informações referentes ao seu distrito, à sua Subprefeitura. Essa plataforma não está mais no ar, já há mais de um ano. Então, eu gostaria de saber, também, qual é a proposta para a realização desse monitoramento, para que a população possa ter conhecimento de onde ela pode ter informações sobre a execução deste Programa de Metas, ao longo do ano.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Eu que agradeço. Tem a palavra o Sr. Fernando Túlio, do IAB, Instituto de Arquitetos do Brasil. (Pausa) Vereadora Erika Hilton, vou lhe passar a palavra, para que faça as considerações finais.

A SRA. ERIKA HILTON – Sim, Sr. Presidente. Estou aqui. Estava tentando abrir meu áudio.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Desculpe, o Sr. Fernando entrou. Deixe-o usar a palavra. Pode ser?

A SRA. ERIKA HILTON – É claro, Sr. Presidente, com certeza!

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O Sr. Fernando é o último inscrito. Está com dificuldade de áudio. (Pausa) Conseguiu, Sr. Fernando? Enquanto se organiza, vou passar a palavra para a Vereadora Erika Hilton.

A SRA. ERIKA HILTON – Percebemos o quanto é dificultosa essa questão remota. É muito difícil. Não conseguimos abrir. Não sai o áudio. Não sai a imagem.

Presidente, eu não tenho mais muitas coisas a dizer, além do que já foi exposto na minha fala inicial, muito bem complementado pelo nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy e, agora, também, por representantes da sociedade civil, que reafirmaram não só a importância daquilo que eu já havia dito anteriormente, mas outros pontos que são muito importantes, que

a Prefeitura e a Secretaria devem olhar com mais atenção e com mais cuidado, para que o Programa de Metas e a discussão do Plano Diretor, enfim, todas essas temáticas, que são muito importantes para nós, não passem de forma atropelada.

Sabemos que estamos diante de um momento gravíssimo, que é a pandemia, que dificulta muito as coisas, mas é importante também que a pandemia não sirva de muleta para que processos sejam acelerados, para que coisas sejam atropeladas. Então, que possamos ter o cuidado, o compromisso da Prefeitura, inclusive com essa Comissão, de melhorar, repensar, qualificar as questões relacionadas a distribuição do Programa de Metas, e que a participação popular possa ser preservada. A nossa maior preocupação, ao chamar essa audiência pública, quando nós convocamos essa audiência pública, lá atrás, a primeira vez, e não tivemos condições e por isso, como o Vereador Eduardo Suplicy colocou, nós fomos ao Tribunal de Contas, nós fomos ao Ministério Público, é porque, sim, estamos muito preocupados com tudo aquilo que já havia dito, mas o principal é como as pessoas vão participar, como a participação popular será preservada. Então, diante de tudo que foi dito, eu peço ao Secretário Rizek e à Secretária Vivian que levem essas considerações e repensem como podemos fazer de uma forma mais qualificada, preservando a participação popular para que as pessoas possam opinar e participar da discussão do Programa de Metas.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado. Fernando Túlio, conseguiu? Está com problema.

Para as considerações finais, tem a palavra a Secretária Vivian Satiro.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LICY – Presidente, se eu puder fazer uma breve observação antes de terminar.

O SR. RICARDO TRIPOLI – Da mesma forma, Presidente, Ricardo Tripoli, assim que terminar eu gostaria de uma rápida participação.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Vamos sim, vou passar aos Secretários também. Secretária Vivian.

A SRA. VIVIAN SATIRO – Talvez a fala do Vereador Suplicy seja uma fala que

precise de algum tipo de resposta, então, talvez seja melhor S.Exa. falar antes de mim. Peço licença, Presidente, e, da mesma forma, a fala do Secretário Tripoli também, se for nesse sentido, aí já respondo todos de uma vez só. Desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Ótimo, não tem problema.

Tem a palavra o Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Eu quero muito agradecer primeiro ao nosso Presidente, que conduziu tão bem e aos Secretários Ricardo Tripoli e ao Rubens Rizek, que bom ter lembrado que fui seu professor, e a Vivian Satiro. Achei que foi muito produtiva a nossa reunião e fico pensando, Rubens Rizek, sobre essa possibilidade que está, portanto, aberta de a cada momento as pessoas possam estar encaminhando suas sugestões e ideias.

Permita-me dizer, com respeito a melhor conexão e uso da internet, na semana passada foi aprovado um projeto de lei de minha autoria e outros Vereadores, lei chamada Cidade Conectada, para São Paulo ser melhor conectada e que possa haver um maior número de equipamentos, *tablets*, sobretudo, nas regiões periféricas, para que venhamos a ter uma melhor possibilidade de todos os cidadãos estarem participando, por exemplo, de debates tais como o que hoje estamos vivendo.

Eu também, com a minha afinidade com a nossa Vereadora Erika Hilton, ela teve também na semana passada aprovado um projeto para que durante uma semana se discutam os méritos, é do projeto relativo à violência contra mulher, a Lei Maria da Penha, e que haja uma semana nas escolas de debate sobre isso.

Eu queria registrar uma proposta que formulei à Prefeitura relacionada a isso, que é a realização de um concurso público entre artistas, escultores, para que façam os mais belos, as mais belas esculturas, e todas viriam a ser colocadas em áreas de muita circulação de pessoas na Cidade, exatamente para mostrar o quão as mulheres precisam ser respeitadas, e não serem violentadas, como infelizmente tem acontecido em nossa Cidade. Enfim, muitíssimo obrigado por este diálogo. Vamos continuar a estreitar para o bem de todos os nossos paulistanos, para podermos viver numa cidade mais igualitária em direitos e que possamos em

breve ter para todos os mais de 12 milhões de paulistanos e o direito a renda básica de cidadania, que está por logo acontecer. Muito obrigado e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço ao Vereador. Tem algum Vereador na sala que queira se manifestar? Tem a palavra o nobre Secretário Ricardo Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI – Sr. Presidente, queria agradecer também a V.Exa., aos demais Vereadores a participação do Vereador Suplicy, que acabou de usar da palavra, e avisar a S.Exa. que a placa da Marielle está pronta e, assim que for oportuno, iremos inaugurá-la.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUP LIC Y – Que bom, que boa notícia.

O SR. RICARDO TRIPOLI – Um projeto de lei muito bem formulado, parabéns pela iniciativa, Vereador Suplicy. O Prefeito Bruno Covas corresponde da mesma forma aos preceitos que nortearam a iniciativa e é uma bela homenagem a Marielle Franco.

Mas eu queria, na verdade, primeiro ressaltar que foi avisado pelo líder do Governo de que os Vereadores doaram de suas emendas parlamentares o que totaliza cerca de 55 milhões para a campanha da Covid, ou seja, para compra de vacina, assim que nós pudermos realizar essa compra. Essa é uma grande contribuição da Câmara Municipal de São Paulo junto à Prefeitura para que possamos ampliar o volume. Acho que é o início de uma resposta ao Sr. Jorge... (Falha na transmissão.) ...talvez eu não tenha lido, eu imprimi aqui agora, inclusive: No ano passado, em função das audiências públicas, fora a peça orçamentária da cidade de São Paulo, foram acrescidas como despesas extras na área da saúde: hospitais de campanha, ampliação de leitos, extensão do horário de funcionamento das unidades, aquisição de insumos, equipamentos hospitalares, 1 bilhão, 630 milhões. Assistência: fornecimento de cestas básicas, refeição preparada, ampliação de abrigos, cadastramento de famílias, 148 milhões de reais. Serviço Funerário: força de trabalho, gavetas e sepultamentos, escavadeiras, caixões, contêineres refrigerados e câmaras frias, 43 milhões de reais. Transportes: compensação tarifária, 950 milhões. E cultura: projeto Aldir Blanc, 71 milhões. Total: 2 bilhões e 842 milhões como despesas extras. Tudo isso, o Prefeito fez em 2020 com base nas

audiências públicas que ajudaram o Plano de Metas avançar, além da peça orçamentária.

Eu não tenho dúvidas de que, com a contribuição das Sras. e dos Srs. Vereadores e da sociedade civil, nós daremos conta do recado. Tenho certeza de que a pandemia não é maior do que o esforço de cada um – brasileiro, paulista, paulistano e daqueles que adotaram a cidade de São Paulo como sua - para suplantar as dificuldades de mais de 12 milhões de pessoas que vivem na nossa cidade.

O Prefeito Bruno Covas está praticamente imbuído e diuturnamente conversa com o Secretariado a respeito dessa questão. Mas a Vivian tem mais dados para passar a vocês, que se incorporam a esses que passei a vocês. Muito obrigado pela oportunidade da participação, e um forte abraço a todos.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Eu que agradeço. Vereador Riva, quer se manifestar? (Pausa)

O SR. FABIO RIVA – (Falha na transmissão)

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – O Vereador teve problemas na transmissão e saiu. Para suas considerações finais, tem a palavra o Vereador, digo, Secretário de Governo Municipal, Rubens Rizek.

O SR. RUBENS RIZEK – Puxa, o Sr. Presidente me promoveu agora (risos). Muito obrigado. Quem sabe um dia, Presidente. Eu admiro demais esse trabalho, porque o voto popular na Democracia é muito sagrado e muito difícil de se obter. Quem dera eu tivesse a representatividade dos Vereadores que nos acompanham. Muito obrigado.

Agradeço muito a sua presidência, a forma cordial e produtiva com que vem se dando esse diálogo. Tenham certeza, Sr. Presidente e demais Vereadores, que tudo o que foi falado aqui será considerado com muita atenção. Enquanto falávamos aqui, eu já mandei algumas mensagens para verificar algumas questões que foram colocadas. Não posso deixar de também colocar que eu, em nenhum momento, falei de “solução vacina”. Isso foi colocado na minha boca, não foi o que eu disse. Basta pegarem a gravação da audiência.

Também tenho muito orgulho do trabalho que está sendo feito pela cidade de São

Paulo, e todos juntos na Câmara têm contribuído demais com a sociedade civil no combate à Covid-19, apesar de tudo. Apesar de uma orientação ruim do Governo Federal, tenho muito orgulho da nossa atuação e do esforço que a Cidade tem feito, que, como disse o nosso colega Secretário Ricardo Tripoli, não tem paralelo. Isso sem falar, Vereador Suplicy, do 1 bilhão de reais que nós destinamos entre o auxílio cidadão do ano passado, que está sendo pago agora... Inclusive já pagamos a primeira parcela deste ano, que a Câmara também aprovou, e no dia 26 próximo, graças a Deus, mais de 1 milhão de pessoas vai receber a segunda parcela do nosso auxílio, e está no nosso Plano de Metas a gente ter um auxílio de Renda Cidadã para no mínimo 1,5 milhão de pessoas.

Então, junto com o Prefeito Bruno Covas, é a luta da sua vida, Vereador Suplicy. Eu, quando fui seu aluno na FGV, já era fã dessa ideia; e, devagarzinho, estamos amadurecendo e estamos conseguindo avançar.

De resto, agradeço imensamente e rendo minhas homenagens a todos os Vereadores na pessoa do Presidente Gilson Barreto, a quem admiro demais. Muito obrigado pela oportunidade e pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado, Secretário. Tem a palavra o nobre Vereador Fabio Riva.

O SR. FABIO RIVA – Muito boa tarde. Primeiramente, cumprimento os Secretários Ricardo Tripoli e Rubens Rizek, a Secretária Vivian, o nosso querido Vereador Eduardo Suplicy, a Vereadora Erika Hilton e V.Exa., Presidente Gilson Barreto.

Eu somente queria fazer uma breve fala e agradecer a atenção do Executivo para com a Câmara Municipal pela interlocução que nós estamos fazendo ao longo desses últimos anos. tenho certeza de que a Câmara, em consonância com o Executivo, conseguirá entregar para os cidadãos e as cidadãs uma Cidade melhor, mais justa (Queda na transmissão).

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Algum Sr. Vereador está com o microfone aberto. (Pausa) Parece que a transmissão do Vereador Riva caiu novamente.

O SR. FABIO RIVA – Desculpem, voltei. No Plano de Metas, eu tenho as metas 10,

11, 12 e 13, que são muito caras para mim, pois tratam de habitação na cidade de São Paulo, regularização fundiária, construção de novas unidades, regularização e urbanização de assentamentos precários. Então, tenho certeza de que serei um soldado tanto na execução como na fiscalização do Plano de Metas. O Prefeito Bruno Covas tem feito um trabalho extraordinário na Cidade, e, com a ajuda da Câmara Municipal, vamos avançar muito. Parabéns a todos, e muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Secretária Vivian, por favor, para suas considerações.

A SRA. VIVIAN SATIRO – Obrigada, Presidente Gilson Barreto. Peço desculpas porque, na minha fala anterior, acabei confundindo as falas. Tentarei fazer uma resposta a todas as pessoas que se manifestaram nesta tarde.

Começando pela Vereadora Erika Hilton, que falou muito sobre a participação e as ferramentas que a Prefeitura acabou optando por usar neste momento de audiências públicas. A plataforma Microsoft Teams é a plataforma oficial da Prefeitura porque a Prodam considera que é a mais segura. Então, para que não tenhamos uma reunião que possa ser invadida, como acontece em muitos casos, essa é considerada uma plataforma segura para os usuários. Quem participa, quem tem fala é mais protegido; tem seus dados mais protegidos. De fato, entendemos que não é tão acessível, não é tão fácil de utilizar *etc.*

A nossa equipe está fazendo um esforço de, sempre no início das audiências - pode ser que a gente reforce isso a partir dessa colocação da senhora - que se ensine como se usa, o que significa cada botão e que forma a gente pode abrir e fechar o microfone. Enfim, talvez a gente precise ter mais atenção para isso. Essa consideração está anotada.

Sobre o Youtube, na verdade, a gente considera que o Youtube é uma alternativa, para que mais pessoas assistam à audiência, e não necessariamente que elas participem enquanto estão assistindo, uma vez que os comentários - como a senhora mencionou - estão desligados.

Então, a gente tem orientado todo mundo que participa das audiências, após a

audiência, enfim, durante a própria audiência, entre no Participe Mais e envie sua contribuição por escrito. Além disso, as audiências estão gravadas e disponibilizadas. Então, caso alguém não tenha conseguido assistir à audiência da sua região no momento em que a audiência aconteceu, ao vivo, ela está lá gravada. Então, as pessoas podem assistir e depois enviar as suas considerações por meio do Participe Mais.

Sobre as respostas às considerações feitas durante as audiências, a gente também vai concentrar todas as respostas na plataforma do Participe. Essa é uma forma de a gente divulgar mais o instrumento, que é um instrumento de Governo Aberto da Prefeitura, para que mais pessoas de cadastrem e para que mais pessoas se familiarizem com a ferramenta, de modo que depois, no momento em que a gente estiver discutindo o orçamento, o PPA ou qualquer outro projeto de lei do Executivo que a gente abra para essa discussão pública, as pessoas já tenham algum tipo de familiaridade.

A gente gravou um SP Explica, contando como a ferramenta funciona, e a gente está com esse vídeo disponível em todas as audiências. Então, quem vai ao Youtube, antes de a audiência começar, há um filminho ensinando como se entra, da forma como se utiliza etc.

Talvez a gente precise reforçar isso também. Está anotada aqui a sugestão da senhora, e a gente vai dar esse endereçamento.

Na fala seguinte, do Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, sobre as audiências públicas de forma presencial, como o Sr. Secretário Rubens mencionou, a gente concorda que sim há uma limitação.

A SRA. ERIKA HILTON – Sra. Secretária, só para a gente não passar sobre a questão das divulgações que a Lei Orgânica exige, eu queria saber se a Prefeitura tem feito essas divulgações e se passou despercebido e se a Prefeitura vai fazer essas divulgações, porque, até onde eu tenho conhecimento, as divulgações dessas audiências não estão sendo realizadas.

Muito obrigada.

A SRA. VIVIAN SATIRO - Eu iria voltar nesse ponto na fala do Sr. Igor, mas

adiantei um pouco a resposta.

A Prefeitura está com propagandas em rádio, dois tipos de propaganda. A gente mandou fazer duas propagandas informativas, que chamam pessoas para a audiência e sobre o Participe Mais. Isso está no *site* e nas rádios. Eu imagino que algumas pessoas aqui presentes já tenham ouvido.

Nobres Vereadores, se V.Exas. acharem importante, a gente pode mandar para V.Exas. para terem conhecimento de quais são essas propagandas. Além disso, todos os terminais de ônibus da Cidade estão com cartazes das audiências e com o QR Code direcionando para participação, mostrando quais são os *links* das salas etc., como também todas as redes sociais da Prefeitura, o *site* oficial e as redes sociais das secretarias.

A gente está fazendo um esforço cotidiano, em fazer a divulgação. O próprio Instagram do Sr. Prefeito, S.Exa. publica qual é a audiência pública daquele dia e coloca o *link*, para as pessoas arrastarem e poderem clicar. Em todas as conversas que temos tido, inclusive com o pessoal do Movimento Nossa São Paulo, que está aqui, e com outras entidades, a gente reforça que V.Exas. também nos ajudem nessa divulgação. Se V.Exas. puderem, nas suas redes, divulgarem que as audiências estão acontecendo e convidar as pessoas que formam os seus grupos, isso também é muito importante para a gente. Então, a gente está fazendo um esforço aqui e pede que V.Exas. nos ajudem também nesse esforço de comunicar e convidar as pessoas.

É claro que muitos de V.Exas. já estão participando das audiências, e isso tem sido muito rico, mas se V.Exas. também puderem nos ajudar nessa divulgação, tanto na plataforma Participe Mais quanto do momento das audiências, isso é muito importante.

Voltando à resposta ao Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, entendendo que realmente essa é uma dificuldade, a participação *on-line*, como é claro em todas as salas, a Vereadora Erika Hilton trouxe e tantas outras trouxeram, a gente sabe dessa dificuldade.

O Sr. Secretário Rubens mencionou esse projeto de emenda à Lei Orgânica, de autoria do Executivo, que trata a questão do acesso à internet como um direito fundamental, e

isso é muito caro para o Sr. Prefeito. É muito importante para o Sr. Prefeito. A gente tem feito um esforço aqui nos nossos telecentros de educação virtual mesmo, letramento virtual, para que as pessoas consigam acessar essas ferramentas, como a Vereadora Erika Hilton mencionou. Não são ferramentas acessíveis para todo mundo. Não é intuitivo para todo mundo.

Então, a gente vai fazer esse esforço, ao longo da gestão, e se compromete, não só por meio do programa de metas, mas por meio de todos os nossos outros instrumentos de planejamento, a levar essa ideia, de que a internet é direito fundamental, como um compromisso da gestão

No momento pós-pandemia, como o Sr. Secretário Rubens mencionou, a gente acredita sim que é possível retomar as discussões de forma presencial. A gente tem acompanhado o projeto de lei que foi publicado e que foi apresentado por V.Exas. no Legislativo, sobre essa questão; e para a gente é uma questão que sim está em pauta, e a gente pode, inclusive juntos, ver qual é a melhor forma que a gente constrói isso no momento pós-pandemia.

Então, estamos completamente abertos para esse diálogo, e acho que é uma construção conjunta da Câmara com o Executivo.

Quanto à fala do Sr. Márcio, que é estudante de Administração Pública - eu também sou - fico muito feliz que o senhor está presente aqui na audiência e bom contar com a sua participação.

O Sr. Christian falou um pouco sobre as ações das subprefeituras. Depois da publicação da versão final do programa de metas, a gente vai ter uma discussão sobre os planos de ação das subprefeituras. Então, a ideia é que a gente consiga pegar a versão final, que já vai estar regionalizada e transformá-la em planos de ação para as subprefeituras.

Nesse momento da discussão dos planos de ação, teremos também audiências públicas. Então, vai ser muito importante a contribuição de V.Exas. não só nas audiências, como também na participação dos conselhos, como o Sr. Secretário Rubens mencionou.

Na fala seguinte, da Sra. Márcia, sobre segurança alimentar, a gente trata a segurança alimentar na meta 1, e talvez a gente precise deixar isso um pouco mais claro nas iniciativas, e anotei aqui a sua sugestão. Muito obrigada, Márcia.

O Jorge que falou em seguida da Márcia, acho que o Secretário Tripoli já respondeu. Passo, então ao próximo inscrito, Sr. Pedro, representando a Fundação Tide Setubal, que foi uma das primeiras instituições a nos procurar nesse processo de discussão do Programa de Metas. A Fabiana está aqui, se o Pedro já saiu. Vi algo no chat, então, Fabiana, vamos contar muito com vocês da Fundação Tide Setubal, pois o trabalho que vocês estão desenvolvendo, Fabiana, Mariana, Pedro, seja sobre regionalização e sobre todos os instrumentais e metodologias são muito ricos, são muito sofisticados perto daquilo que temos condições de construir aqui, na Prefeitura, então, espero que continuemos com esse diálogo próximo e que consigamos fazer muitas coisas boas, juntos, pela cidade de São Paulo.

Sobre a fala do Igor, com quem, inclusive, conversamos ontem na audiência pública da Freguesia, não é Igor? E conversamos em tantos outros momentos nesse período de participação das audiências. O Igor mencionou sobre o uso dos parâmetros para mensuração das metas, pois em algumas metas trazemos o valor base, em outras não.

As metas que tenham o valor base explícito no documento são aquelas metas em que o valor base é necessário para o entendimento da meta. Por exemplo, vamos atingir 4.5 no indicador de mortes por cem mil habitantes no trânsito, então, para atingir o 4.5, dizemos lá na meta, que estamos saindo do 6. Para entendimento dessa meta é necessário o valor de referência.

Para outros metas o valor de referência não é necessário para o entendimento da meta. Por exemplo: a construção de 12 CEUs. Conseguimos entender mesmo sem saber quantos CEUs existem na Cidade.

Ainda assim, registro aqui sua colocação e acho que, sim, essa ideia de inserir um contexto da meta e até apresentar um pouco quais são os problemas públicos a que essas metas se referem e buscam responder é uma sugestão muito importante e, sim, vamos

considerar.

Acho que passei por todas as falas, porque o Fernando não conseguiu abrir o microfone. Portanto, agradeço mais uma vez ao Poder Executivo pela oportunidade deirmos aqui apresentar o Programa de Metas, sua metodologia, e discutir como é que podemos evoluir nesse momento de participação.

Peço que se a Comissão de Administração Pública tenha contribuições específicas sobre determinadas metas, por favor, nos encaminhem, pois é muito rico para o nosso trabalho. Coloco-me à inteira disposição para outras conversas, ou mesmo desdobramentos desta conversa, outros momentos para diálogo, isso é muito importante.

No momento em que o Primeiro Programa de Metas foi publicado aqui, na cidade de São Paulo, eu era assessora parlamentar na Câmara, e acompanhei muito de perto como isso entrou na pauta do Legislativo e, a partir daí, entrou na pauta da Cidade. Então eu sei o quanto isso é caro para a Câmara Municipal e gostaria de lembrar, registrar, o quanto isso é caro para o Poder Executivo. Então, tudo que possamos fazer para construir juntos o melhor instrumento de planejamento e, a partir desse instrumento, construir as próximas peças que virão ao longo do ano.

Muito obrigada, coloco-me à disposição de todos e todas. E, Presidente Gilson, devolvo-lhe a palavra. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Gilson Barreto) – Muito obrigado Vivian, estamos chegando ao final dos nossos trabalhos. Quero fazer alguns agradecimentos, em especial ao Sr. Secretário, à Vivian, ao Ricardo, e ao Rizek, que nos prestigiaram nessa tarde.

Quero agradecer aos Vereadores Erika e Arselino Tatto por nos terem, inclusive, encaminhado o requerimento à Comissão de Administração Pública, com anuência da Vereadora Edir Sales e dos Vereadores George Hato, Milton Ferreira, Roberto Tripoli e Gilson Barreto.

Foi uma satisfação presidir esta que foi a primeira Audiência Pública da Comissão de Administração Pública e dizer que o Parlamento tem cumprido seu dever, não só de

Parlamentar, mas antes ainda de Cidadão, dando instrumento também para o Executivo, pois chegamos a destinar, nos anos anteriores, 30% dos salários dos Srs. Vereadores para ser investido na pandemia, assim como emendas parlamentares; e ainda 48 milhões de fundo que existia da Câmara Municipal; mais 1,5 bilhões de fundos existentes através de projetos de lei; tudo isso colocado à disposição do Executivo para o combate ao Coronavírus.

Além de vários outros projetos encaminhados pelo Executivo aos quais a Câmara vem dando respostas.

Meus agradecimentos a todos os Vereadores que têm contribuído, discutido e chegado a bom termo.

Plano de Metas, eu tive o privilégio também de participar da aprovação, pois o que existia à época eleitoral, o candidato a Prefeito fazia seus pronunciamentos políticos e, depois, nós, no Parlamento, não sabíamos o que acontecia. Com a aprovação do Plano de Metas temos o Executivo nos apresentando sempre quais suas metas para os quatro anos de mandato.

Os primeiros projetos do Plano de Metas apresentando para os quatro anos não eram discutidos, vinham tipo 'prato feito', inclusive nem eram exigidos pela sociedade porque pouco conhecia sobre eles. Hoje, ao contrário, já está havendo a discussão, as Prefeituras, mesmo com dificuldade, estão debatendo conosco, com a sociedade, temos instrumento no Parlamento que cada Vereador também pode fazer sua discussão dentro de suas comunidades e trazer acréscimos.

Instrumento que achei muito importante. e o Secretário de Governo nos comunicou hoje, é que poderá ser encaminhado a qualquer veículo de comunicação, ou meio de comunicação, por escrito, por *e-mail*, ou por WhatsApp, levando ao conhecimento do Executivo as mudanças que as pessoas considerem devam ser feitas.

Nosso eterno Senador Suplicy, como sempre, sua participação e contribuição foram muito boas. Agradeço a V.Exa.

Também quero agradecer a nossa assessoria, a maioria está à distância, mas

vieram alguns hoje para contribuir com a realização dessa audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, meu muito obrigado a todos. Que Deus os acompanhe até seus lares. Estão encerrados os trabalhos.
